

## APRESENTAÇÃO

## INTRODUCTION

André Barbosa Fraga<sup>1</sup>, Douglas Souza Angeli<sup>2</sup> e Mayra Coan Lago<sup>3</sup>

Com muita satisfação apresentamos o dossiê *Fontes, acervos e novas abordagens sobre o período Vargas (1930-1954)* que compõe o presente volume da revista *Sillogés*. Nas últimas quatro décadas, o uso de acervos pessoais e institucionais nos estudos históricos impulsionou pesquisas sobre diversos aspectos dos anos relativos aos governos de Getúlio Vargas. Além das correspondências, destaca-se a utilização de periódicos e da iconografia nos estudos recentes de História Política, além do uso das tradicionais fontes oficiais, ou seja, documentos produzidos no âmbito do Estado. O dossiê reúne trabalhos que contemplam discussões sobre os diferentes tipos de fontes, acervos públicos ou privados e as novas abordagens a respeito desse período-chave da história do Brasil republicano: os governos Vargas, ocorridos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954.

A proposta deste dossiê é oriunda do Grupo de Pesquisa “Dimensões do Regime Vargas e seus Desdobramentos” (UERJ/CNPq), constituído por graduandos, graduados, mestrandos, mestres, doutorandos, doutores e professores de diversas áreas de formação e de todas as regiões do Brasil<sup>4</sup>. O grupo se originou de pesquisadores do período Vargas que passaram a se reunir para troca de conhecimentos, experiências, sugestões de fontes primárias e secundárias, sob a coordenação do professor Orlando

---

<sup>1</sup> Pós-doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ).

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis.

<sup>3</sup> Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora do Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA).

<sup>4</sup> Mais informações sobre os pesquisadores e seus trabalhos podem ser encontradas no site do grupo de pesquisa, disponível em: <https://www.grupodepesquisavargas.com.br>.

de Barros (UERJ). Desde 2019, está cadastrado no CNPq. Marcando os 90 anos da chamada “Revolução de 1930”, o grupo organizou o ciclo de debates “90 anos de 1930”, em 2020, e o colóquio “90 anos do Governo Vargas: Direito e História”, em 2021. Também foram publicadas em 2020 as coletâneas *Dimensões do governo Vargas*, organizada por Ana Paula Leite Vieira e Laura Vasconcelos; *Governo Vargas: um projeto de Nação* e *Governo Vargas: questões regionais e relações interamericanas*, ambas organizadas por André Barbosa Fraga, Mayra Coan Lago e Thiago Cavaliere Mourelle. Estas se somam ao primeiro volume, *Olhares sobre o governo Vargas*, organizado em 2017 por André Barbosa Fraga e Thiago Cavaliere Mourelle. Tais publicações apresentam resultados de estudos de pesquisadores do grupo. O dossiê que agora divulgamos vem se juntar a todo esse trabalho coletivo já produzido.

Para concluir a apresentação, faremos uma breve exposição a respeito dos artigos e resenhas que integram esta edição da revista. A pesquisa “O ‘milagre da união sagrada’: a aliança entre Partido Libertador e Partido Republicano Rio-Grandense no contexto da Aliança Liberal e da revolta de 1930”, de Rodrigo Dal Forno, apresenta uma explicação sobre a aliança entre dois partidos adversários, o Partido Republicano Rio-Grandense e o Partido Libertador, que formaram uma Frente Única no bojo da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República em 1929. Para isso, o autor analisa fontes memorialísticas, jornais e correspondências de lideranças políticas, percebendo os movimentos internos e as diferentes posições presentes na vigência da aliança.

Por sua vez, Luiz Mário Dantas Burity, no artigo “O ministério de José Américo nos relatórios e nas novelas: a construção de uma memória imediata da pasta de Viação e Obras Públicas no Governo Provisório (1930-1934)”, aborda o esforço de José Américo de Almeida na construção de uma memória sobre sua passagem por esse ministério. Um relatório a respeito de sua atuação e duas novelas tendo como cenário as obras contra as secas nos sertões são fontes analisadas pelo autor como instrumentos de construção de uma memória que exaltava a boa administração de José

Américo e pautas como a infraestrutura de transportes e comunicação e as obras contra as secas.

O artigo de Thiago Cavaliere Mourelle, “Getúlio Vargas, Flores da Cunha, a Câmara dos Deputados e o embate político no ano-chave de 1935: da grave crise ao caminho para a ditadura”, discute as relações entre os poderes em um momento chave para o fechamento do regime Vargas, utilizando os anais do Congresso Nacional, os diários de Getúlio Vargas e periódicos. O autor demonstra que a sobrevivência da democracia, diante das concepções autoritárias e da busca pela hipertrofia do poder executivo, estava em pauta naquele ano e discute como o esvaziamento do poder do Congresso Nacional foi fundamental para a pavimentação de um regime ditatorial.

Na sequência, temos Ironita Machado com o artigo “Acesso à terra e processos judiciais no Governo Varguista de 1930-45: reflexões e dimensões regionais”. Trata-se de contribuição aos estudos de história agrária e de compreensão acerca do acesso à terra no Brasil republicano, tendo como fontes processos cíveis com litígios envolvendo questões de terras, discutindo a situação fundiária, política e socioeconômica do Rio Grande do Sul no período Vargas e conectando o contexto regional com o nacional.

Já Aristeu Elisandro Machado Lopes, em “O Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul e as possibilidades de pesquisa sobre os trabalhadores em curtumes, anos 1930/1940”, apresenta um dos acervos do Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner, da Universidade Federal de Pelotas, constituído de fichas de qualificação profissional necessárias para emissão da carteira de trabalho de trabalhadores vinculados aos curtumes, incluindo fotografias 3x4. O autor enfoca a importância e o significado desse acervo para a compreensão de aspectos da história do trabalho na primeira década do período Vargas.

Em “O salário que, de tão mínimo, não alimentava nem o trabalhador: o cenário alimentar brasileiro no primeiro governo Vargas (1934-1943)”, Priscila Erin Saval e Fábio Roberto Wilke analisam a situação alimentar brasileira, durante as décadas de

1930 e 1940, mostrando os contrastes entre os discursos e políticas varguistas implementadas e as realidades marcadas pela insegurança alimentar de grande parte dos brasileiros. Para lograr o objetivo, os autores utilizam fontes diversas, como anuários estatísticos do IBGE, decretos-leis, cartas constitucionais, inquéritos alimentares e notícias do jornal *A Noite*.

Dando continuidade ao dossiê, Janilson Rodrigues Lima, no artigo “Os perigos da coeducação”: José Valdevino, o Nordeste e a educação mista (1937-1940)”, analisa a ação da Igreja Católica do Ceará na luta contra a educação mista, especialmente a partir das notícias escritas pelo católico José Valdevino que eram publicadas no jornal *O Nordeste*. Desse modo, o autor reflete acerca das percepções da Igreja Católica sobre a temática e das intenções de estabelecer determinados papéis e hábitos para homens e mulheres, sobretudo de Fortaleza.

Em “A diplomacia cultural de Paschoal Carlos Magno: seu arquivo pessoal e as estratégias de propaganda brasileira na Grã Bretanha (1933-1945)”, Caroline Cantanhede Lopes reflete sobre a atuação diplomática de Carlos Magno na Inglaterra, durante as décadas de 1930 e 1940, por meio das cartas e publicações do diplomata. A análise considerou as redes de sociabilidade e o papel do diplomata para divulgação da cultura brasileira. Além dessa reflexão, a autora demonstra as potencialidades do arquivo de Carlos Magno para a compreensão da inserção internacional do Brasil nesse período e para os estudos da política externa brasileira, considerando, sobretudo, a sua dimensão cultural.

Em seguida, Adriana Mendonça Cunha, no artigo “A nacionalização dos imigrantes durante o Estado Novo a partir do olhar do pesquisador estadunidense Robert K. Hall”, procurou, na perspectiva da história intelectual, compreender as ideias presentes na tese de doutorado e em artigos produzidos por Hall, na década de 1940, a respeito da política de nacionalização dos estrangeiros empreendida pelo governo Vargas durante o Estado Novo (1939-1945). Tais obras acadêmicas foram publicadas em periódicos brasileiros e estadunidenses, revelando o olhar de um educador norte-

americano a respeito de tal política varguista e da ameaça que os imigrantes alemães e japoneses representavam a esse projeto no contexto da Segunda Guerra Mundial.

No artigo “Representações sobre a Amazônia na II Guerra Mundial: entre a marcha para o oeste e os Acordos de Washington”, Túlio Augusto Chaves analisa as representações contraditórias e diferentes leituras do passado sobre a Amazônia presentes nos veículos de imprensa varguista, nos jornais regionais e na imprensa norte-americana. O autor demonstra como representações, projetos e expectativas distintas no contexto da II Guerra Mundial conformaram imagens de valorização da região amazônica.

Já em “As apropriações dos símbolos nacionais pelo governo Vargas e pelas pessoas comuns (1930-1945)”, André Barbosa Fraga e Mayra Coan Lago analisam o projeto patriótico de valorização da Bandeira e do Hino Nacionais, desenvolvido, nas décadas de 1930 e de 1940, pelo poder público federal. O intuito dos autores é compreender tanto a produção desse projeto, o qual almejava controlar o uso dos símbolos nacionais por intermédio das leis e da propaganda, quanto a recepção dele pela população, verificada a partir de cartas enviadas a Getúlio Vargas por pessoas comuns.

Por sua vez, Douglas Souza Angeli, no artigo “‘A volta do filho pródigo’: getulismo, trabalhismo e cultura popular nos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro em 1951”, examina os imaginários e as representações a respeito da figura do presidente Getúlio Vargas presentes no primeiro desfile de carnaval ocorrido após a eleição que trouxe de volta ao Palácio do Catete o político gaúcho. O autor, utilizando-se de fotografias, matérias de periódicos e letras de sambas, explora os inúmeros enredos existentes em tal desfile alusivos à eleição de Getúlio Vargas em 1950, procurando compreender os sentidos do getulismo e do trabalhismo na cultura popular da época.

Encerrando a lista de artigos deste dossiê, temos a pesquisa “Entre a adesão e a oposição: as representações da grande imprensa carioca sobre o dilema udenista na formação do ‘ministério da experiência’ (1951)”. Nela, Thiago Costa Juliani Regina analisa como uma parte da imprensa carioca, notadamente os jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, representou a atuação da União Democrática Nacional (UDN) durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954). O autor procura relativizar as interpretações que caracterizaram esses três periódicos de grande circulação na capital da República como “udenistas” ou subordinados às lógicas de ação desse partido.

Além dos artigos, o dossiê conta com duas resenhas de livros sobre o regime Vargas, intitulados “Governo Vargas: um projeto de nação” e “Governo Vargas: questões regionais e relações interamericanas”, publicados pela editora 7Letras em 2020. Douglas Edward Furness Grandson, em “Os desdobramentos do grupo de pesquisa Dimensões do regime Vargas”, apresenta os nove capítulos do livro *Governo Vargas: um projeto de nação*, que tratam das dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais do regime de Getúlio Vargas e de seus desdobramentos, por meio de abordagens e fontes diversificadas, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1960.

Na resenha “90 anos de 1930: Os governos de Getúlio Vargas revisitados coletivamente sob diferentes enfoques, fontes e abordagens”, Patrícia Costa de Alcântara apresenta os nove capítulos do livro *Governo Vargas: questões regionais e relações interamericanas*. A obra é dividida em duas partes, sendo uma para estudos sobre aspectos regionais do período Vargas e outra sobre as relações do Brasil com outros países do continente no mesmo período, especificidades que não impedem intersecções entre os blocos temáticos. A partir das resenhas, é possível conhecer os estudos recentes e relevantes produzidos pelos membros do grupo de pesquisa citado.

Esperamos que o dossiê contribua para o debate historiográfico e geral, inclusive para novos estudos sobre o período Vargas e seus desdobramentos, ampliando as reflexões a respeito do Brasil republicano nestes tempos em que o autoritarismo e a desvalorização das instituições democráticas se fazem tão presentes.

Este dossiê é dedicado à memória do historiador e brasilianista Frank McCann, autor de significativos estudos sobre a História do Brasil ambientados no período Vargas.